

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS**

**INDISCIPLINA ESCOLAR: UMA ANÁLISE PARCIAL EM ESCOLAS DO**  
**NOROESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**Autora: Paula Adriana Roberta da Silva Franco**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Katia Freitag**

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS**

**INDISCIPLINA ESCOLAR: UMA ANÁLISE PARCIAL EM ESCOLAS DO**  
**NOROESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**Autora: Paula Adriana Roberta da Silva Franco**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Katia Fraitag**

*“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês e respectivas Literaturas à AJES-Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena”.*

**JUÍNA/2016**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº. Dr. Lucas Silveira Lecci**

---

**Profº. Me. Francisco Leite Cabral**

---

**ORIENTADORA**

**Profª. Ma. Katia Freitag**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que me deu forças, me consolou e me orientou quando não tinha mais palavras para colocar no papel, sou muito grata por esta amizade.

Ao meu esposo Nilson José Franco, pela paciência todos os dias, e pelo incentivo, pois não permitiu que eu desistisse do meu sonho no meio do caminho.

Aos meus irmãos Roberto, Angelita, Fabiana e Thais que estão ao meu lado em todos os momentos de minha vida.

As minhas queridas amigas do ministério Lírio dos Vales que se tornaram verdadeiras irmãs, sempre me ajudando, orando e intercedendo pela minha vida e família.

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a minha mãe Sirlei Ferreira da Silva, que me ajudou e apoiou durante os meus anos de vida acadêmica.*

*A ela e para ela, dedico esta vitória que juntamente comigo sonhava com este dia.*

## EPÍGRAFE

*Jesus jamais dividiu pães e peixes.  
Tivesse feito isso, jamais teria alimentado tantos.  
Ele “re-partiu”, partilhou.  
O que se divide, acaba.  
O que se partilha, se multiplica.*

**Mario Sergio Cortella.**

## RESUMO

O presente estudo é de cunho bibliográfico, iniciou-se pela percepção concebida durante o curso de licenciatura em letras, mais especificamente no estágio curricular supervisionado, sobre a relação entre professor e aluno em sala de aula, principalmente para que os discentes sejam disciplinados, possibilitando ao docente aplicar e desenvolver uma boa aula. A indisciplina tem sido apresentada como um dos grandes problemas no âmbito escolar no processo de ensino aprendizagem. Neste sentido, esta pesquisa investigou questões relacionadas à boa formação do professor como fator importante do domínio em sala. Apresenta-se também a relação da participação da família na vida escolar dos filhos que são os primeiros incentivadores das crianças. Discute-se ainda sobre a interação da família, escola, educandos e demais envolvidos no processo educativo, com fins de buscar soluções para os problemas indisciplinados em sala de aula, pois se verificou que para ocorrer realmente uma intervenção da indisciplina, depende da escola, família, professores e comunidade escolar. Além do próprio interesse de cada educando, que, instruído pelo professor descobrirá que ir à escola pode ser uma forma prazerosa de obter mais conhecimento, diversão, informação e muito mais. Nesta perspectiva, esta pesquisa contribuiu de forma positiva, e finalizamos destacando a importância da participação familiar na vida escolar dos seus filhos, bem como a união de esforços dos envolvidos no processo educativo, na tentativa de combater a indisciplina, além dos aspectos que envolvem o aluno neste viés.

**Palavras-Chave:** Comunidade Escolar. Professor. Família. Indisciplina.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO HISTÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 A INFÂNCIA NA IDADE MÉDIA .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 A INFÂNCIA NA IDADE MODERNA .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS SÉCULOS XIX E XX .....</b>	<b>13</b>
<b>2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS DIAS ATUAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>3 INDISCIPLINA ESCOLAR: FAMÍLIA E ESCOLA COMO COMPLEMENTO .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 A FAMÍLIA E A INDISCIPLINA .....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 A FAMÍLIA E A ESCOLA UMA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE .....</b>	<b>25</b>
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>5 MEIOS PARA INTERVIR E PREVENIR A INDISCIPLINA .....</b>	<b>31</b>
<b>5.1 O USO DE REGRAS DE MODO CONSENSUAL .....</b>	<b>31</b>
<b>5.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FORMA DE AUXÍLIO CONTRA A INDISCIPLINA .....</b>	<b>33</b>
<b>5.3 POSSIBILIDADES PARA A PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR .....</b>	<b>35</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente o tema da indisciplina escolar é uma reclamação dos professores, de alunos que aparentam não ter regras e limites. Muitos docentes se sentem de mãos atadas para lidar com a indisciplina destes alunos. Os professores estão encontrando dificuldades para desenvolver suas aulas neste ambiente. Os educadores começam a conhecer a realidade destes alunos que não se atentam às explicações, não seguem os comandos, não resolvem exercícios em sala e acabam se sentindo como um ser inútil. Eles sentem que com isso o ensino não vai se desenvolver e sofrem uma desmotivação, levando para sala de aula o sentimento de que ele deve cumprir seu horário e ir embora o mais rápido possível.

No decorrer deste trabalho faremos uma discussão sobre questões como: Será mesmo que os alunos antigamente obedeciam mais aos professores do que nos dias atuais? Indisciplina escolar está ligada à educação familiar?. Assim, esta pesquisa busca por teorias sobre a indisciplina escolar, e o que tem contribuído para que esse problema se faça presente em sala de aula. Analisa-se as causas da indisciplina no ambiente escolar e reflete-se sobre a contribuição da família na escola para conter a indisciplina.

O objetivo é analisar a importância da família para a educação, em que a mesma venha contribuir para o ensino/aprendizagem de seus filhos, pois vivenciando a vida escolar deles, os pais poderão ajudar na indisciplina dos mesmos em sala de aula.

Busca-se analisar se o professor tem conhecimento de como a indisciplina pode-se dar em decorrência de sua atitude enquanto formador de opiniões. Além disso, refletimos sobre a união da comunidade escolar e família, para analisar estratégias com o intuito de que a indisciplina seja sanada.

Justifica-se a pesquisa por ser um dos problemas que o docente enfrenta em sala de aula, pois a indisciplina atrapalha o desenvolvimento da aula e dos conteúdos propostos. Durante o estágio pude observar em três escolas públicas do município de Juína, o quanto a indisciplina é uma das coisas que os professores mais reclamam, por esse motivo a pesquisa é de suma importância.

Parte-se dos estudos das primeiras ideias sobre indisciplina e educação, no primeiro capítulo rememora-se a educação nos tempos antigos até os dias atuais, como as famílias reconheciam o que era disciplina e como era a educação familiar de seus filhos.

No segundo capítulo reflete-se sobre o auxílio da família na educação e como a família divide a educação familiar da educação escolar. Como e quando a família deve participar da vida e da educação de seus filhos.

No terceiro capítulo observam-se os projetos que possam ajudar a sanar a indisciplina em sala de aula, propondo um reconhecimento, que professor, aluno e família devem andar juntos, para um melhor desenvolvimento da aprendizagem. Termina-se o estudo com uma análise dos principais fatores que causam a indisciplina nas escolas e como a família deve lidar com esta situação dentro de casa, que de certo modo, reflete em sala de aula.

Toda a pesquisa é de base bibliográfica, buscando fazer uma análise dos fatos e relatos feitos por alguns autores como: Celso Vasconcellos, Juliana Câmara, Luciana Valle, Lucia Castro, Maria Teresa Estrela, os quais defendem que a indisciplina tende a ser um desafio da sociedade como um todo, evitando deixar nas mãos dos docentes a incumbência de educar e transmitir o conteúdo.

## 2 A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTEXTO HISTÓRICO

No decurso da história da sociedade a criança foi um assunto muito questionado, em dado momento ocorreu-se a necessidade de se desenvolver ambientes que as acolhessem, enquanto sua família (mulheres da classe operária) deixavam seus lares para trabalhar e buscar sustento para seus filhos, como objetivo de oferecer uma educação de qualidade, acabavam abrindo uma brecha para um novo problema.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII. (ARIÉS, 1981 p. 65)

Mudanças sociais afetaram diretamente o modo como se visualiza a criança e conseqüentemente, a maneira como foi sendo construída a visão de educação infantil. Assim, para compreender como é o processo educativo infantil da atualidade é interessante revisitar a história da visão sobre a criança e sua educação.

### 2.1 A INFÂNCIA NA IDADE MÉDIA

Durante muitos séculos, a sociedade desenvolveu diversificadas maneiras de educar as crianças. A educação infantil na Idade Média era responsabilidade da família, papel aplicado às mulheres. Desde que nascia até os primeiros anos de vida a criança era cuidada pela mãe, a partir do momento em que possuía habilidades motoras, passava a ajudar nas tarefas e afazeres domésticos, os mais velhos cuidavam dos mais novos (OLIVEIRA, 2002).

Nessa época, em função das precárias condições de higiene e saúde, era muito elevado o índice de mortalidade infantil, a ponto de a morte de crianças serem considerada um fenômeno natural. Nesse contexto, uma prática comum era a de separar as crianças de aproximadamente sete anos de seus pais e entregá-las aos cuidados de outras famílias, evitando o estabelecimento de laços emocionais com a família genitora. Além disso, acreditava-se, na época, que estar com outra família faria com que essas crianças aprendessem ofícios e vivenciassem as situações do mundo adulto do qual já faziam parte. (VALLE, 2010, p.16).

Como se discutiu acima, muitas famílias não conseguiam cuidar dos próprios filhos, isto fazia com que a criança fosse obrigada a se adaptar à uma família diferente da sua. A criança era vista como um adulto em miniatura, suas ações e seu desenvolvimento emocional era transferido para a sua personalidade, que era refletida em suas vestimentas. Tanto mulheres adultas como meninas jovens vestiam saias e vestidos longos, os homens adultos e meninos jovens usavam calças e camisas compridas (VALLE, 2010).

Apesar das vestimentas de crianças e adultos não serem diferentes, entre as classes sociais percebia-se uma diferença (VALLE, 2010).

Não era apenas nos trajes que as pessoas das classes sociais se diferenciavam. Outro exemplo disso é que, mesmo com a ideia de que a família era a grande responsável pelo atendimento das crianças pequenas, as crianças oriundas da classe dos vassalos tiveram seu atendimento realizado de formas diferenciadas ao longo do tempo. Como exemplos, podemos considerar desde o uso de parentescos nas sociedades primitivas (em que, normalmente, uma mãe cuidava de todas as crianças da comunidade), de amas, também chamadas de mães mercenárias (em que se pagava uma mãe ou pessoa do sexo feminino para a realização do cuidado das crianças), de lares substitutivos (em que as crianças iam morar com outras famílias), até o uso da conhecida. (VALLE, 2010, p.16).

Observa-se que os cuidados com a criança estavam vinculados ao papel feminino na sociedade, não importando necessariamente a figura materna, ou seja, a mãe biológica da criança.

## **2.2 A INFÂNCIA NA IDADE MODERNA**

Após o final da Idade Média e início da Idade Moderna no século XVI, foram repensados os modos de educar as crianças, devido ao surgimento de uma sociedade capitalista e das transformações políticas e econômicas. Era a extinção de uma sociedade agrária e início de uma capitalista. Neste período, dois movimentos tiveram influência para estes fatos, o Renascimento e o Iluminismo. O Renascimento iniciou no século XIV na Itália, espalhou-se pela Europa durante os séculos XV e XVI. Este foi o período na história do mundo Ocidental, marcado pelo final da Idade Média e início da Idade Moderna (VALLE, 2010).

O Renascimento influenciou e transformou não somente a filosofia como as ciências daquela época, abrangendo a cultura, a política e a religião, ocasionando a

transição do feudalismo para o capitalismo. Era um despertar do consciente esquecido para a civilização, a valorização do homem e da natureza, expondo-se ao divino e ao sobrenatural, acontecimentos que já existiam na Idade Média (RENASCIMENTO, 2016).

O Iluminismo, também conhecido como o Século das Luzes, retratava e explicava o Universo baseando-se na razão e na ciência, sendo um movimento intelectual de ideais capitalistas. Os filósofos não se baseavam na fé, tudo de dava pela razão, todos os acontecimentos do Universo eram explicados utilizando a razão (OCULTURA, 2016).

Com as grandes transformações ocorrendo na sociedade e as fábricas fornecendo vagas de emprego tanto para homens como para as mulheres, as mães deixavam seus filhos aos cuidados de vizinhos, conhecidos e até mesmo sozinhos em casa. Foi exatamente nesse momento que se ocorreu a necessidade de repensar sobre os cuidados e destinos dessas crianças, algumas estavam sofrendo maus tratos, outras passando fome e sendo abandonadas. Somente os filhos de burgueses frequentavam as escolas (VALLE, 2010).

Com o ideal destacado nos movimentos religiosos da época, foram organizadas escolas para pequenos na Inglaterra (*petty schools*), na França (*écoles petites*) e em outros países europeus, nas quais a escrita e a leitura eram ensinadas às crianças a partir dos seis anos de idade, embora o objetivo maior fosse o ensino religioso. Mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, crianças de dois ou três anos já eram incluídas nas *charity schools* ou *dame schools*, então criadas na Europa Ocidental. (Valle, 2010, p.19).

Foi a partir desses atos que se deu início aos primeiros movimentos formais para acolhimento dessas crianças, criou-se várias novas instituições educacionais (VALLE, 2010).

Até o século XVI no Brasil e no mundo, os adultos não se importavam com a educação infantil, muitas crianças morriam e eram substituídas por outra gravidez, não existia um sentimento como nos dias atuais (ARIÉS, 1981).

Segundo Ariès (1981), em sua pesquisa sobre a descoberta da infância ele diz que a criança não tinha valor. Documentos encontrados do século XVII relatam que várias mulheres geravam muitas crianças e eram criadas apenas algumas, isso devido ao grande índice de mortalidade infantil e em outros casos, de famílias mais humildes que lutavam pela sobrevivência.

[...] a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII. [...] As mudanças de sensibilidade que se começam a verificar a partir do Renascimento tendem a deferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde e, a marcar, com fronteiras bem definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito da aprendizagem e de escolarização. Importa, no entanto, sublinhar que se tratou de um movimento extremamente lento, inicialmente bastante circunscrito às classes mais abastadas (PINTO,1997, p. 44)

### **2.3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS SÉCULOS XIX E XX**

Por motivos de tradição no Brasil e até mesmo pela questão financeira, a maioria das crianças eram cuidadas pela figura materna ou por outros familiares no meio doméstico. Foram desenvolvidos trabalhos educacionais para crianças na metade do século XIX, como uma forma de assistencializar os pais que migravam para o capitalismo (VALLE, 2010).

Com as recém-criadas fábricas, cria-se uma demanda até então inexistente: as mães da classe operária precisavam de lugares para deixar seus filhos pequenos durante a jornada de trabalho, pois as crianças ainda eram muito novas para irem à escola. Além disso, o Brasil vivia o período da abolição da escravidão e acentuada migração para as zonas urbanas. Portanto, o aumento da população nesses locais e o desenvolvimento das fábricas, que buscavam mão de obra especializada, são dois fatores influentes quando se começou a dar atenção para as crianças da primeira infância. (VALLE, 2010, p. 25).

No início do século XIX não havia diferença entre as creches, asilos e internatos. Entendia-se que este atendimento era um favor para as mães operárias, que rendiam mais no trabalho, sabendo que seus filhos estavam sendo bem cuidados. Por influência europeia surgiu no Brasil duas modalidades para atender essas crianças: de 0 a 2 anos que recebiam o nome de primeira infância nas chamadas creches, de 3 a 6 anos, a qual era denominada de segunda infância nas chamadas salas de asilo (VALLE, 2010).

No final século XIX destacaram-se no Brasil ambientes pré-escolares que eram chamados de jardins de infância, as crianças de classe média alta eram atendidas em ambientes privados que recebiam o nome de asilo, já as crianças, filhos de operários eram recebidas em instituições chamadas creches, parecendo um ambiente assistencialista (VALLE, 2010).

Segundo Valle (2010) podemos identificar que o apoio educacional no Brasil agia como uma assistência em creches e jardins de infância, sempre separados por classe social.

Devido às precárias condições de moradia das crianças, a creche acabou se tornando o espaço onde eram proporcionadas as condições de higiene de saúde que não eram ofertadas em casa; assim, o aspecto de formação e de educação era substituído pelo assistencial, em que o importante era a alimentação e o cuidado com a saúde. Por isso, dentro da creche, o atendimento ainda era somente assistencial, como que para “aparar as arestas” de um mal necessário (o trabalho) que separava as mães de seus filhos por um tempo e por condições que aumentariam o desenvolvimento do país. No entanto, o formato do atendimento praticado nas creches deixava clara a ideia de que ela era destinada à população pobre e que as crianças de família nobre deveriam ser criadas em casa por suas mães. (VALLE, 2010, p. 27).

Pensando-se na classe trabalhadora, no Brasil foram criados variados jardins de infância públicos, em Castro, cidade do Paraná, no Rio de Janeiro e em São Paulo, estes ambientes eram assegurados para crianças abandonadas. No início do século XX a Pernambucana Emília Faria de Albuquerque Erichsen (fundadora do primeiro Jardim de infância no Brasil) reivindicou melhores condições de trabalho e creches para filhos da classe operária. Diante disso, na década de 20 o governo passou a oferecer materiais pedagógicos (cartilhas, livros, cadernos, etc), e mobílias para creches, além do apoio docente por meio do envio de professores para atuarem em sala de aula, porém este serviço era organizado pela sociedade (VALLE, 2010).

Após 1930, pensadores brasileiros começaram a despertar para este assunto, entre eles destaca-se: Afrânio Peixoto, Cecília Meireles, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, estes passaram a divulgar a chamada Escola Nova e recorreram por reformas educacionais que desencadearam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1932, o pensador Fernando de Azevedo redigiu um manifesto que mais tarde educadores e intelectuais também o subscreveram (VALLE, 2010).

O manifesto pedia, urgentemente, medidas educacionais dentro de um programa próprio, com itens que faziam referência à educação pré-escolar, no que diz respeito à criação de instituições específicas para esse fim, e enfatizavam a necessidade de uma organização escolar unificada, da pré-escola à universidade, respectivamente. Na década de 40 do século XX, aumentou a quantidade de atitudes governamentais em direção ao assistencialismo, principalmente na área de saúde, e, na década seguinte,

as creches que eram mantidas por entidades filantrópicas e religiosas passaram a receber ajuda do governo (VALLE, 2010, p. 28).

As instituições sobreviviam através de doações e nem sempre conseguiam atender seus alunos com a atenção necessária, apesar de se preocuparem com a alimentação e higiene. Em 1943, Getúlio Vargas consolidou as leis de trabalho em que os filhos de funcionários deveriam ser atendidos em creches e berçários, mas não ocorreu uma fiscalização do governo na época, o que ocasionou na não consolidação desses estabelecimentos na prática (VALLE, 2010).

As mulheres cada vez mais ocupavam seu espaço no mercado de trabalho, subiam de cargo, trabalhavam em grandes centros urbanos, porém a dificuldade com os filhos permanecia. Mudavam-se os tempos e as mesmas dificuldades ainda existiam, acreditava-se que a mãe deveria cuidar e educar seus filhos ou arrumar alguém que o fizesse. Mais tarde quando o nível de marginalidade entre jovens e crianças aumentou, defendia-se a ideia de que as creches poderiam ajudar no combate a este mal. Este fato ocorreu devido às crianças ficarem muito tempo sozinhas em casa ou sendo criadas pelos irmãos mais velhos, enquanto a mãe trabalhava. Estes sofriam frustrações e buscavam consolo no crime, tornando-se jovens marginais (VALLE, 2010).

A creche, portanto, não atenderia somente à criança pequena, mas a toda uma estrutura que se ruía em torno dela (na relação do atendimento precário que as famílias tentavam organizar). Mais uma vez, a instituição era colocada como um favor que servia para proporcionar a essas crianças um espaço que não teriam em casa. Não havia, contudo, uma preocupação com a amplitude do problema que levava as mães a deixarem seus filhos sozinhos em casa, nem com a relação de sua necessidade de trabalho, nem com a questão da marginalidade de jovens. (VALLE, 2010, p.29).

Segundo Kramer (1993) durante muitos anos no Brasil o governo fez uso dessas creches em uma tentativa de combater a pobreza e a marginalidade, o que prolongou a existência desse problema.

Na outra metade no século XX, mesmo a maioria da população não possuindo ideais de vida melhor, as instituições passaram a ter uma demanda de procura cada vez maior, isso por conta das mulheres que estavam no comércio e em função do trabalho público (VALLE, 2010).

## 2.4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS DIAS ATUAIS

Após muitos anos de questionamentos, a criança conquistou em meio a sociedade um lugar de destaque, criou-se leis como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), um mercado consumidor, programas televisivos e muito mais, tudo voltado para elas (SILVA, 2016).

A nova sociedade que surgia impulsionada pelo capitalismo industrial e o liberalismo imbuído de suas conseqüências proporcionaram a ocorrência de transformações que influenciaram a vida das crianças. “A infância passa, então, a se situar numa nova efetividade social enquanto consumidor”. O mesmo aconteceu em relação ao desenvolvimento tecnológico, mais nítido a partir do século XX, colocando a infância ligada ao econômico. Utilizando a criança como um incremento no trabalho infantil, na publicidade, ou ainda, no consumo. Nesse novo contexto social, político, econômico, enfim, todas as dimensões em que se insere o homem, surgem um variado mercado de produtos para a infância como programas de televisão, desenhos animados, jogos, roupas, alimentos, brinquedos e outros. (CASTRO, 2002, p. 53)

No Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988, foi introduzida de forma objetiva, dentro dos direitos sociais, comando de proteção à educação infantil, devendo prevalecer o princípio do interesse superior da criança, assim descrito no seu art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.)

De igual modo, pode-se citar que o Estatuto da Criança e do Adolescente ao normatizar a regra maior estabelecida na Constituição Federal assegura em seu artigo 53 o direito à educação da criança e do adolescente, assim dispondo:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, LEI Nº 8.069, 1990.)

De acordo com Guatarri (1994) as crianças foram sendo educadas e desenvolvidas no decorrer dos séculos juntamente com a sociedade, conforme os fatos sociais ocorriam eram moldadas sua educação. A criança participou assiduamente no desenvolvimento da sua própria história, descaracterizando a ideia de natureza infantil e agindo como uma história cultural na sociedade.

Atualmente nas escolas, não ocorrem práticas centrada apenas no discurso do professor em sala, são os chamados por Guatarri de “territórios existenciais coletivos”, aonde alunos são os “praticantes do cotidiano”, que inserem nas aulas a sua cultura e modo de viver. Portanto, as crianças foram produtos importantíssimos para a construção da cultura educacional, transformando socialmente a realidade (GUATARRI, 1994).

Saindo do século XX e entrando no século XXI, transformações históricas ocorreram rapidamente, a escola além de um estabelecimento assistencialista, transformou-se em algo mais complexo, o público escolar infiltrava a sua tradição em sala de aula, caracterizando um processo da sociedade contemporânea (PEREZ-GOMES, 2001).

A escola tornou-se um lugar onde acontecem as trocas de culturas. A cultura e a crítica são matérias científicas, artísticas e filosóficas, podendo ser denominadas como: cultura acadêmica que define o currículo de cada um, cultura social a supremacia de uma cultura sobre um estado social, cultura institucional formada pelas rotinas e práticas da escola. O ambiente escolar possui um currículo organizado e, além disso, acrescentou-se uma nova fase devido a experiência cultural dos alunos (PEREZ-GOMES,2001).

A escola, portanto, reveste-se de uma complexidade bem maior, pois em seu interior também está presente um conjunto de “operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os detalhes do cotidiano” e que são constituídas por processos de disputa, de negociação, conflito, concessão, ou seja, de diferentes “táticas”, “estratégias” e “astúcias”. (CERTEAU, 1995, p.23).

Como se vê, a complexidade social atual estende-se para a escola, tornando-a também complexa, o que exige esforços novos e atualizados à educação.

O autor Guatarri (1994) destaca que estamos passando por um processo de mutação coletiva, cheios de apegos culturais, inspirados pela tecnologia e a ciência, sendo dirigidos pelo processo contemporâneo. Nessa mutação coletiva, manifestam-se outros temas de acordo com o que cada indivíduo ou grupo social explora na sua realidade, defendendo cada um sua posição diante do mundo.

Essa permeabilidade a temas não-escolares tem relação com a circularidade cultural contemporânea potencializada pela “sociedade semiúrgica”, responsável pela proliferação de signos, simulacros e imagens. As narrativas contemporâneas (o vídeo, a imagem, a linguagem virtual), juntamente com as narrativas tradicionais (a escrita, a impressa e a oralidade), de um lado, intensificaram as trocas culturais; de outro, desestabilizaram o processo lógico, linear, seqüencial e estruturado de sistematização dos conhecimentos, reordenando a sua distribuição e socialização em redes. (KELNNER, 1995, p. 25).

Assim, a escola atual acaba recebendo temáticas sociais e problemáticas com a incumbência de inseri-los no contexto programático dos conteúdos. Diante disso, baseado no texto constitucional o MEC orienta sobre a educação escolar e propõe uma educação sem diferenças nas práticas sociais dos alunos.

Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada. (BRASIL. MEC/PCNs,1997, p.20)

A nova escola deve se reiterar e se desenvolver de acordo com as necessidades e práticas sociais, eliminando as diferenças e gerando ênfase sobre os direitos iguais, nunca paralisando ou congelando este tema, sempre se reiterando de acordo com os processos sociais para assegurar o direito de todos (BRUINI, 2016).

### **3 INDISCIPLINA ESCOLAR: FAMÍLIA E ESCOLA COMO COMPLEMENTO**

Ouvimos muito falar que os pais trabalham para garantir uma boa educação, melhores condições de vida e conforto para os seus filhos, o que está sendo presenciado nos dias atuais são alguns pais que permanecem fora de casa o dia todo, pensando no material e se esquecem de participar da vida emocional e educacional de seus filhos, este papel acaba ficando por conta da escola, que forma tanto cidadãos críticos, como pessoas com uma educação que deveria vir de “berço”.

#### **3.1 A FAMÍLIA E A INDISCIPLINA**

Existem muitos assuntos que estão ligados à indisciplina e influenciam para a expansão deste problema, um deles é a falta de sua definição. Alguns autores destacam suas opiniões. Estrela (1992, p.17) afirma que “a indisciplina é uma quebra de regras estabelecidas pelo meio social em que está inserido o indivíduo”.

Segundo Rosa (2007) a indisciplina ocorre quando alguém em sala não se submete, não aceita e não concorda com preceitos estabelecidos. Também Magalhães (1989) define como uma negação de tudo que é imposto como regra, norma ou padrão aceito socialmente. De acordo com Rego (1996, p.85) pode se afirmar que “é uma forma de desafiar os padrões vigentes, se opor a tirania muitas vezes presente no cotidiano escolar e familiar.”

Percebe-se que existem muitas dificuldades e teorias sobre o verdadeiro significado da indisciplina escolar. De acordo com Garcia (2008) esta definição é bastante complexa e pode ter origem em um descontentamento da criança no meio em que vive, ou até mesmo como La Taille (1996) diz, por não conhecerem as normas. Destaca-se também a questão da moral inadequada da criança, que pode não ajudar sua mente a distinguir o que é certo ou errado perante a sociedade.

A má formação moral da criança pode ser vista como uma indisciplina, a primeira fonte de educação da criança vem da família que imita seus atos antes mesmo de se apropriar de um conhecimento, de um conteúdo e conceito. Eles seguem instruções que lhe são passadas, ou seja, os primeiros passos no ensino é a imitação e assimilação (GASPARIN,2002).

As questões socioeconômicas ainda afetam a educação das crianças nos dias atuais, pois, pais e mães precisam se ausentar de casa para trabalhar e acabam perdendo o contato com seus filhos, que são cuidados por terceiros, criando independência perante a sociedade. No pouco tempo de contato (geralmente à noite) quando os pais chegam cansados, estão em um estado de estresse elevado, não conseguem educar e instruir seus filhos de uma forma correta e eficaz (COOPER, et al 2000; PETERS,1999).

Atualmente as pessoas dizem que os filhos são importantes e muito amados, que todo trabalho e esforço é para lhes proporcionar uma boa educação, conforto e segurança, porém, depois de um dia cansativo de trabalho as pessoas chegam em suas casas irritadas, sem nenhuma disponibilidade para sua família. Essas pessoas fornecem bens materiais e conforto aos seus filhos e nada mais significativo do que isso (SHINYASHIKI, 1992).

Os modelos e exemplos são de grande valor, de nada adiantam as regras se não existem exemplos a serem seguidos (ZICLAR, 1989). No ambiente escolar as crianças simplesmente esbanjam maus exemplos e são totalmente indisciplinados com os professores, pois suas atitudes são reconhecidas como um espelho do que do que são em suas casas (PAPPA, 2004).

Entre os 8 e 12 anos acontece a chamada segunda idade da infância, conhecida como a fase de imitação da criança (ZICLAR,1989). Neste período a família tem papel primordial na formação das crianças, visto que é o primeiro grupo social com que a mesma convive (GENTILE, 2006). Os valores dos pais são transmitidos de forma gradual e natural, colaborando então com a formação de seus princípios, valores, caráter e modo de ver a vida (KEMP, 2000).

As crianças “precisam de bons modelos, de alguém que assuma o papel de mostrar o “caminho”, a “direção” (ROSSINI, 2004, p. 22). Os pais possuem um papel que lhe é cabido de sempre avaliar seus filhos em casa, verificar suas atitudes, descobrir suas frustrações antes de os intitularem como indisciplinados. Somente porque um pai sustenta um filho com coisas materiais isso não o abdica de sua responsabilidade moral, ele sempre deve estar a par da vida de seu filho.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade,

em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, LDB. 9394/96).

Deste modo, sendo a família o primeiro ambiente social da criança, esta tem total influência sobre a mesma, todas as atitudes, o modo de educar e criar, interfere no desenvolvimento individual, intelectual e em consequência influencia no comportamento escolar da criança.

De acordo com Rego (1996) há três conceitos básicos que os pais usam para lidar com a indisciplina: em primeiro lugar os pais autoritários são pouco comunicativos, não transmitem afeto, são muito rígidos, controladores e totalmente restritivos com o alto nível de exigência com os seus filhos. Estes pais estabelecem normas e devem ser cumpridas sem questionamentos e explicações, caso os filhos não cumpram, na maioria dos casos são punidos emocionalmente ou até mesmo fisicamente. Este tipo de educação normalmente faz com que a criança seja obediente e organizada, porém, pelo fato dos pais não justificarem as normas e os castigos, se tornam crianças tímidas, sem autonomia e baixa autoestima, nunca opinam por temerem ser castigadas, isto demonstra que não interiorizaram os valores morais e éticos.

Em segundo lugar temos os pais permissivos, valorizam o diálogo, possuem afeto e aceitam a opinião dos filhos, não exercem muito controle, são tolerantes e até mesmo piedosos em relação aos desejos das crianças. Pais com esta personalidade, muitas vezes, não conseguem estabelecer limites diante da teimosia e “manha” que essas crianças possuem, por estarem acostumados a não seguir regras e cumprir tarefas. Diante disso, se por um lado os filhos de pais permissivos são mais alegres e participativos do que os de pais autoritários, por outro lado são imaturos e não cumprem obrigações propostas (REGO, 1996).

Em terceiro e último lugar estão os pais democráticos, estes parecem conseguir equilíbrio e controle sobre os atos infantis de seus filhos, insistem no amadurecimento, independência e respeito, essas crianças são estimuladas a darem suas opiniões a partir de diálogos contínuos. Estes atos demonstram flexibilidade e esforço claro da parte dos pais em compreenderem seus filhos, assim conseguem estabelecer regras e limites, adequando-os em uma disciplina firme (REGO, 1996).

As crianças que recebem uma educação democrática, além de apresentar significativo autocontrole, autoestima, iniciativa, autonomia e facilidade nos relacionamentos, demonstram que os valores morais difundidos em sua família foram interiorizados; assumem posturas por seus valores intrínsecos e não pelo temor às sanções externas. (REGO, 1996, p.17).

Em resumo pode-se dizer que os pais possuem grandes responsabilidades no que diz respeito à indisciplina dentro de sala de aula, se sentem culpados e justificam a falta de tempo em consequência do trabalho. Assim a escola acaba assumindo os dois papéis, tanto familiar como escolar, ensina valores éticos e também comportamentos básicos (PRADO,1981).

### **3.2 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Segundo Prado (1981) a família apesar de seus conflitos é a única instituição social que engloba todos os aspectos da educação de uma criança. Somente no contexto familiar ela desenvolve suas primeiras experiências educativas, aprendendo como lidar nos diferentes ambientes aonde as regras mudam, dessa forma a família é a principal responsável pela sua educação.

Porém, muitos confundem o papel da escola que possui uma proposta de dar continuidade ao processo educacional da família e faz com que o ambiente escolar acabe assumindo direta ou indiretamente responsabilidades básicas que deveriam ser da família, ou seja, ensinar a respeitar os mais velhos, mastigar corretamente na hora das refeições, ter bons modos ao se sentar e etc.

Neste sentido Prado (1981) diz que “a família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade, e negatividade quando impõe normas através de leis, dos usos e costumes”. É no seio familiar que a criança aprende comandos e hábitos que deverão levar para vida toda como: dividir, socializar, compartilhar, etc. Além disso, a família deve ensinar a criança o que é moral, padrões culturais e ser uma pessoa sociável, este papel tem se confundido com a responsabilidade da escola.

A participação dos pais depende, antes de qualquer coisa da relação que estes mesmo pais tem com o conhecimento. Pais que valorizam a formação científica e cultural tendem a influenciar positivamente a relação estabelecida entre os filhos e o processo de aprendizagem. A participação

ativa do processo educacional indica esse interesse. Quando os pais se aproximam dos conteúdos aprendidos na escola e demonstram interesse, essa atitude reflete diretamente no comportamento dos filhos. O papel dos pais na educação dos filhos é, portanto, emocional. É o peso da relação familiar estabelecida com o mundo, com a ciência, com o conhecimento e, por isso, tão importante e determinante no direcionamento da formação dos filhos (FERRARI, 2016, p.19).

Quando os pais se ausentam e se omitem da educação de seus filhos, acabam deixando para o professor uma função que não lhe cabe, os docentes se sobrecarregam em sala fazendo o papel que não foi desenvolvido pelos pais. Os alunos chegam em sala de aula e não conhecem valores como a gentileza, a responsabilidade e o respeito, isto faz com que o professor se obrigue a orientá-los e em muitos casos esses alunos se revoltam contra o educador.

Segundo Tiba (2011) os pais que acompanham o estudo dos filhos, podem ajudar de forma positiva em até 80% do seu rendimento, não tem como um aluno ter rendimento escolar se não recebe motivação em casa, crianças estimuladas em um ambiente escolar são melhores conduzidas na escola.

Com a participação dos pais no sistema educacional dos seus filhos e a criação de atividades nas escolas visando esclarecer as dificuldades e buscando soluções para estas, é possível que haja uma melhora significativa na educação escolar, assim escola e família são fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem destas crianças. Estes dois contextos têm por finalidade desenvolver na criança uma socialização para o aprendizado, pois é no ambiente familiar e escolar que a criança se desenvolve de acordo com a sua realidade vivida, preparando-se para com convívio social. Para potencializar o aprendizado desta criança, se faz necessário que família e escola trabalhem de forma coletiva, fortalecendo os pontos positivos e trabalhando os pontos negativos que a mesma venha a apresentar neste processo de formação da mesma (TIBA, 2002, p. 42).

Nesta perspectiva, todos devem trabalhar juntos, sem o apoio da família não há possibilidades da escola garantir uma educação de qualidade para os alunos, pais e escolas precisam entender que um complementa o outro, as atitudes dos pais a favor da educação dos alunos ajudarão os professores em sala a desenvolver cidadãos críticos, dignos e preparados para um futuro melhor.

Talvez a solução para a indisciplina escolar seja a aproximação das instituições, família e escola, se ao invés delas ficarem procurando o culpado ou o responsável por este problema elas se unissem e se apoiassem, ficaria mais leve e fácil o dever de cada uma. A escola necessita da presença dos pais e apoio na

escola, atuar sozinho sem auxílio um do outro tem se tornado um trabalho difícil para ensinar em sala de aula.

Os pais precisam entender que a escola não deseja que eles se responsabilizem pelo conteúdo aplicado, existem casos de pais que se irritam pelo fato dos professores passarem tarefas para os alunos fazerem em casa, eles não ajudam, não cobram seus filhos de sua responsabilidade escolar. Deste modo, a escola se sente de “mãos atadas”, pois, se os pais não fazem essa cobrança de que o dever da criança é estudar e fazer todas as atividades propostas pelo professor, a escola não pode fazer muito por elas. A família precisa aproveitar a ajuda da escola que lhe é concedida para tornar seus filhos um cidadão de bem, é primordial o apoio e contato dos pais com a unidade de educação ao qual seus filhos frequentam (LIMA,2010).

Sendo assim, entende-se que a escola é passageira, somente uma ajuda intelectual, mas a família permanece em sua vida, todos seus hábitos e costumes é algo constante e duradoura, para vida toda. Diante disso, fica claro que a família é responsável pela primeira educação dos seus filhos (LOPES, 2016).

[...] o comportamento das crianças no ambiente escolar e em casa é, na verdade, uma reação as atitudes de seus pais. Foi constatado que a maioria dos problemas de comportamento, como ausência de atenção e agressividade, é reflexo da conduta dos pais. Uma criança por exemplo que não consegue em sala de aula, ficar parada em momento nenhum, mostrando-se sempre nervosa, brigona, agressiva com os colegas, sempre mal arrumada, cadernos rasgados, pode ser que uma das causas para tudo isso seja uma relação conflituosa com a família ou a relação também conflituosa entre os pais os quais brigam o tempo todo na frente dos filhos e acabam descontando na criança, com desprezo, indiferença ou agressões físicas ou verbais. Este fenômeno tão comum leva a criança a pedir ajuda, demonstrando isso de várias maneiras, inclusive chamando a atenção para si, no ambiente escolar (WEIL, 1984, p.47).

Como se vê as atitudes dos pais em casa, refletem nas atitudes da criança em outros ambientes que ela frequenta.

Desde o nascimento a criança inicia uma vida social perante a instituição denominada família, somente mais tarde surge a escola, juntamente com a comunidade que fará com que este indivíduo se socialize ao longo de toda sua vida. Portanto, a família tem a obrigação de socializar suas crianças e a escola somente ampliará a dimensão desta conduta, ensinando coordenadas para que o indivíduo se torne um ser dinâmico e comunicativo na sociedade. Muitos pais entendem que a

partir do momento que a criança inicia sua vida escolar, ele pode relaxar e deixar na mão da escola a educação de seus filhos, acredita se não ser necessário sua presença neste ambiente, neste caso a escola precisa criar meios que os tragam até eles e mais próximo de seus pais, fazendo-os conhecer os professores de seus filhos e criando em conjunto maneiras eficazes para combater a indisciplina em sala (ALVES- PINTO, 2003).

Pode-se nomear vários conceitos sobre esta participação como: colaboração, parceria e envolvimento, o fato é que nem todos entendem esses conceitos da mesma maneira e cada uma participa da forma que acha mais adequada. Este fato é normal levando em conta outros conceitos que se sujeita a várias interpretações (ALVES-PINTO, 1995).

Na atualidade percebe-se que não é uma tarefa fácil despertar o interesse e a participação dos pais na escola, existem casos de professores que reclamam da falta de comprometimento familiar (pais que nunca vão em reuniões, não respondem recados), e outros que se queixam pela invasão dos mesmos em seu território (MONTANDON, 1994).

Existem os casos de pais que manifestam sua participação continuamente dentro da escola, colocando seus palpites e rejeitam a intrusão da escola em assuntos familiares (MUSITU, 2003).

Em um estudo publicado pelo ISET (Instituto Superior de Educação e Trabalho), segundo os autores Musitu, Heck e Wilhians, existe uma grande vantagem na participação dos pais, tanto para os alunos como para os professores, todavia esta vem sendo uma tarefa difícil, fazer com que os pais e professores se entendam sobre a questão da participação, é como se existisse uma barreira impedindo este entendimento de ambas as partes, este problema é preocupante pois o sucesso educacional dos alunos dependem muito do entrosamento entre família e escola (ALVES PINTO,1995, apud TEIXEIRA, 2003).

### **3.3 A FAMÍLIA E A ESCOLA: UMA RELAÇÃO DE COMPLEMENTARIDADE**

A estruturação e organização da família foram partilhadas com as crianças, com os pais e outros agentes, tais como: amas, avós e diversas instituições

chamadas creches, berçários e jardim de infância. Dando a criança uma nova definição de família (ALVES- PINTO, 2003).

E se podemos dizer que uma possível definição de família é a de que esta se caracteriza por ser um grupo de adultos com responsabilidades sobre as crianças, então o fato de existir a possibilidade de uma presença/ausência de um dos adultos abre portas a uma nova questão: a quem deixar as crianças? A guarda das crianças que antes era assumida, sem problemas, “pelos muitos familiares e pela pequena comunidade (...) passou a ser a grande preocupação de muitas famílias” (ENGUIA, 2004, p.64).

Efetivamente muitos elementos estão invadindo o espaço da família, um deles é a escola que se faz presente cada vez mais cedo na vida das famílias, sendo um complemento e apoio à comunidade que se inseria anteriormente na sociedade. A escola passou a ter um papel essencial para as famílias, antigamente no meio familiar se concentrava toda a educação dos mais novos, porém, hoje este é um lugar onde elas permanecem pouco tempo, a família é fundamental para a sociedade e para o desenvolvimento da criança, é nela que a educação acontece primeiro e somente mais tarde chega a escola, e não o oposto, como tem acontecido em muitos casos (ENGUIA,2004).

Embora, cientes que a responsabilidade de educar, cabe particularmente às famílias, facilmente percebemos que a realidade social que vivemos torna impossível levar a cabo, com sucesso, essa tarefa sem apoios paralelos. Escola e família, pilares fundamentais da sociedade, mais que medir forças ou viver de costas voltadas, são “duas instituições condenadas a cooperarem numa sociedade [altamente] escolarizada” (PERRENOUD, 1995, p.90).

Tempos atrás a escola detinha todo poder e autoridade para decidir sobre a educação das crianças, os pais somente os levavam naquele lugar, hoje em dia as famílias não aceitam muito bem a posição e certos regimentos ordenados pelos professores em sala, assim surge um novo problema: quem está no controle? (ENGUIA, 2004).

A família precisa entender seu papel na vida da criança para que quando chegar o momento de ir para escola ela continue se desenvolvendo.

Segundo Perrenoud (2001, p.57) “na nossa sociedade, o destino de uma família está, em parte, ligado à escolaridade dos seus filhos”. De acordo com Alves-Pinto (1995, p.113) “na sociedade atual, a escola ocupa um lugar privilegiado no

processo de socialização dos jovens. Na verdade, a escola é o lugar que a sociedade organiza, de forma explícita, para levar a cabo a socialização das novas gerações”.

Esta socialização não se reporta somente aos alunos, mas também aos pais que devem estar envolvidos em todo o processo educativo, a escola exige dos pais que sejam sociáveis e que intervenham na vida escolar dos seus filhos (ALVES-PINTO, 1995).

Segundo Davies (1993, p.17) existe:

um sentimento geral de que as escolas só podem mudar se desenvolverem fortes laços de colaboração com as famílias e as comunidades que servem. Todavia, “o interesse pela criança na totalidade (...) requer que as escolas, as famílias e as comunidades aprendam a trabalhar em conjunto”.

Portanto, a escola possui um papel social com autonomia para desenvolver trabalhos educativos para toda sociedade, capacidade de estimular, orientar e ajudar. Tudo isso para ajudar na promoção integral da criança e assim colaborar para que ela esteja preparada para um futuro de sucesso profissional e pessoal (DAVIES, 1993).

A família e a escola quando questionadas sobre entrosamento entre ambas as partes confirmam que esta relação existe, mas professores dizem que esta relação ainda é falha (MONTANDON, 1994).

Vários estudos confirmam que a participação dos pais na vida escolar dos filhos possui um efeito positivo, não apenas para os alunos, mas também para toda comunidade envolvida. A colaboração da família dentro da escola ajuda atingir metas, existem casos em que os pais estão aprendendo junto com os alunos quando os ajudam em tarefas em casa, e este papel se expande quando os pais fazem trabalho voluntário e reforçam os programas escolares. Muitas vezes, a participação dos pais acontece somente quando são convocados a reuniões gerais, em datas comemorativas em que a escola prepara festas ou espetáculos e no final acabam tendo somente trocas de palavras formais, não se interagindo como deveriam (MUSITU, 2003).

Para que aconteça uma participação assídua dos pais dentro das escolas é necessário estreitar esta relação, fazendo com que eles se sintam acolhidos e com

liberdade para se comunicar com os professores. Esta participação ajuda na compreensão das atividades propostas, coopera nas mudanças ditadas pela escola, e garante o sucesso dos alunos em meio a esta interação (DAVIES, 2003).

A relação da família com a escola tem se destacado, existe hoje uma grande preocupação na sociedade quanto à participação das famílias na escola, pois a família e a escola devem caminhar juntas e apresentar características em comum, caso uma se sobreponha a outra não alcançarão o objetivo de se complementarem (MUSITU, 2003).

Se existem pais que não se manifestam e não demonstram interesse pela vida escolar dos seus filhos, será uma tarefa difícil lhes deixar atualizados sobre a vida escolar dos mesmos. O que se pode dizer é que a escola precisa encontrar um meio de atrair estes pais e fazer com que eles entendam que a sua participação influenciará diretamente no sucesso dessas crianças e é necessário que todos entendam que vale a pena a interação da família com a escola (ALVES-PINTO 1995).

## 4 METODOLOGIA

A Metodologia estuda o significado dos métodos, é uma explicação detalhada de toda ação desenvolvida no método pelo qual se chega a um resultado. Segundo Jolivet (1979,p.71), método “é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado (...) é o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências”. Neste trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica. Para Rodrigues (2007), a pesquisa bibliográfica “é o levantamento de dados disponíveis em publicações como: livros, teses, artigos e revistas realizado por outros pesquisadores”. Com esses conceitos pode-se entender que metodologia é uma forma de estudo em que se analisa e desenvolve o melhor método para se chegar ao conhecimento de determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio de materiais encontrados na internet, sites referenciados e sugeridos por professores, livros disponíveis na biblioteca da faculdade e emprestados pelos docentes e colegas. Assim como, materiais indicados pela orientadora desta pesquisa. Diante disso, a metodologia adotada neste trabalho consiste numa pesquisa qualitativa e bibliográfica com o intuito de analisar a indisciplina escolar. Com o objetivo de responder estas indagações realizamos uma pesquisa bibliográfica que nos propiciou encontrar autores relevantes, tais como: Celso Vasconcellos, Juliana Câmara, Luciana Valle, Lucia Castro, Maria Teresa Estrela, entre outros, os quais discutem sobre a indisciplina escolar e trazem significativas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

O estágio supervisionado é um requisito obrigatório para o curso de Letras na AJES, deve-se cumprir uma carga horária de regência e observação em sala de aula no Ensino Fundamental e Médio. Foi durante este estágio que alguns professores comentavam sobre situações particulares de indisciplina dos alunos em sala de aula. Por isso, a escolha deste tema surgiu durante o desenvolvimento do estágio curricular obrigatório de Língua Portuguesa, em que fomos percebendo que muitos professores reclamavam da falta de respeito dos alunos e alguns ainda sentiam fortes dores na cabeça devido à bagunça, além de se sentirem apreensivos para lecionar suas aulas em determinadas turmas, devido ao alto índice de indisciplina em sala de aula. Diante desta situação, surgiram algumas indagações

sobre quais seriam as possíveis causas deste comportamento errôneo dos alunos e qual seria o papel da família para combater a indisciplina escolar.

Para tanto, analisamos alguns relatos que foram transcorridos ao longo do nosso estágio acadêmico com o intuito de sustentar qualitativamente este estudo. Selecionamos para a pesquisa escolas da região centro e em outras de bairros mais afastados e carentes do município de Juína-MT. Em todas as escolas foi constatado a indisciplina escolar, todos os professores reclamavam do desrespeito dos alunos. Para descobrir os possíveis motivos desta indisciplina, desenvolvemos nossa pesquisa.

## **5 MEIOS PARA INTERVIR E PREVENIR A INDISCIPLINA**

O sistema educacional brasileiro sofre com o problema da indisciplina escolar dentro de sala de aula. É necessário que ocorra uma intervenção pedagógica para minimizar este problema.

### **5.1 O USO DE REGRAS DE MODO CONSENSUAL**

Para se desenvolver e se organizar dentro de uma sociedade é preciso seguir regras, portanto a escola necessita deste mesmo sistema organizacional para se orientar e conviver entre si. Observa-se que os professores possuem várias teorias sobre indisciplina escolar, muitas vezes, eles estendem o seu modo de viver em casa à sala de aula, projetando aos alunos seus valores e também suas incoerências, sendo que isto pode influenciar negativamente na prática pedagógica (TORELLI, 2009).

O modo como interpretamos a indisciplina (ou a disciplina), sem dúvida acarreta uma série de implicações à prática pedagógica, já que fornece elementos capazes de interferir não somente nos tipos de interações estabelecidas com os alunos e na definição de critérios para avaliar seus desempenhos na escola, como também no estabelecimento dos objetivos que se quer alcançar. (REGO, 1996, p.87).

Rego (1996) adverte que o modo como cada um enxerga a indisciplina pode trazer influência sobre o seu conceito. Os professores dentro de sala são autoridades flexíveis que ditam normas e regras, sendo que os alunos devem seguir e obedecer. Mas os professores também devem se adequar a uma dinâmica que estabeleça uma relação de respeito e de participação dos alunos nos hábitos, regras e normas do seu grupo.

Muitos docentes discursam que a solução para a indisciplina escolar seria o retorno de práticas escolares antigas, aonde o professor falava e o aluno ouvia, não se manifestava nem possuía o direito de opinar em sala, acredita-se que nestes tempos não haviam problemas como nos dias atuais, porém, o que muitos não sabem é que eles eram abafados, este tipo de prática escolar é totalmente fora do contexto que se vive e busca no século XXI (REGO, 1996).

O retorno de práticas escolares antigas como a palmatória, beliscões, puxões de orelha e ficar de joelhos no milho não condiz com o ideal de educação e leis atuais do nosso país. Os alunos desta época eram como “robôs”, não manifestavam suas dúvidas, pois, sentiam-se amedrontados com a presença de um professor autoritário em sala. Sabe-se que o uso da violência ensina o aluno a praticar a mentira para se safar dos castigos e o interesse da escola e do professor em sala deve ser ensinar o que é certo e o que é errado, para que assim ele possa se desenvolver.

[...] a escola não pode se eximir de sua tarefa educativa no que se refere à indisciplina. Se uma das metas da escola é fazer com que os alunos aprendam as posturas consideradas corretas (como por exemplo, apresentar atitudes de solidariedade, cooperação e respeito aos colegas e professores), a prática escolar cotidiana deve dar condições para que as crianças não somente conheçam estas expectativas, mas também construam e interiorizem estes valores. (REGO, 1996, p.99).

As disciplinas pedagógicas como: matemática, português, literatura, química, entre outras, juntamente com a prática escolar, deve ser clara e envolver a todos conscientemente do que se espera. A repressão é vista como uma forma de lidar com a indisciplina, tanto pelos professores, como pelo grupo pedagógico. Quando os pais chegam para a matrícula de seus filhos, sabe-se que cada escola possui suas regras e normas e está a critério dos seus envolvidos aplicá-las, mas é necessário mudar o modo em que os alunos veem estes atos. Eles precisam se sentir como seres democráticos no ambiente escolar, não seria o caso de tirar a autoridade do professor em sala, mas de adotar um discurso coerente com nossa sociedade e o que se ensina nas escolas, pois isto fará com que os discentes vejam as regras como algo necessário para se organizar e não como mera obediência (REGO, 1996).

O autor Garcia (2008) relata sobre a necessidade de se compartilhar normas para se prevenir contra a indisciplina pedagógica, ele divide a ideia de que a comunidade escolar, juntamente com o PPP (Projeto Político Pedagógico), devem elaborar suas regras juntos, de forma clara, privilegiando a participação dos alunos, pois assim eles se sentirão favorecidos e responsáveis pela boa atuação de toda comunidade escolar.

Dentre os Parâmetros Curriculares Nacionais determinados pelo MEC como objetivos do ensino fundamental estão que os alunos sejam capazes de:

“...compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito”.(PCNs, 1997,p.69)

Acredita-se que regras e limites só darão certo se todos os envolvidos participarem das discussões sobre o tema, antes de tudo é necessário conhecer o motivo pelo qual a indisciplina acontece, compreender a realidade do aluno e estudar as situações para resolvê-las, sabe-se que a sociedade escolar é mais ampla que o grupo familiar, assim é essencial a ação coletiva de todos (TORELLI, 2009).

## **5.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FORMA DE AUXÍLIO CONTRA A INDISCIPLINA**

Para que se enfrentem as situações de violência e indisciplina dentro das escolas é necessário se apropriar de uma inovadora prática educacional, trazendo toda comunidade para o espaço educativo, vê-se esta prática como algo de extrema importância (TORELLI, 2009).

Como espaço de convivência que favoreça o exercício da cidadania, a escola possui formas de organização, normas e procedimentos que não são meramente aspectos formais de sua estrutura, mas se constituem nos mecanismos pelos quais podemos permitir e incentivar ou, ao contrário, inibir e restringir as formas de participação de todos os membros da comunidade escolar. Nesse sentido, uma escola que pretende atingir, de forma gradativa e consistente, crescentes índices de democratização de suas relações institucionais não podem deixar de considerar, como parte integrante de seu projeto, o compromisso de participação da comunidade. (BUENO, 2001, p.106).

Este tipo de participação da comunidade referida pelo autor, não diz respeito a algo que se presencia nas escolas atuais, muitas vezes, os membros, a comunidade, os alunos e os professores, são convocados em reuniões somente para conhecer e se inteirar de decisões que já foram tomadas e concluídas pela direção escolar. Pode-se verificar que poucas vezes o conselho escolar se reúne para se orientar sobre o caminho que será tomado sobre um aluno com histórico de indisciplina, apenas seguem o que já está decidido, sem especulações ou conhecimento de causa, assim não se tem participação democrática e menos ainda coletiva (TORELLI, 2009).

A escola precisa entender que para mudar o quadro de indisciplina escolar é necessário a participação da comunidade, muitos questionam contra, pois acredita-se que este não é o caminho, mas sabe-se que toda participação pode educar (TORELLI, 2009).

De acordo com Veiga (1995) é preciso através do Projeto Político Pedagógico conscientizar a comunidade escolar da importância de sua participação, de serem mais democráticos e compromissados em opinar e cuidar da escola, assim o ambiente educacional se desprenderá daquele autoritarismo empregado, e os alunos se sentirão em um espaço mais livre, conhecendo o funcionamento de sua escola.

Um projeto é um esforço temporário empreendido cujo objetivo é criar um novo produto, serviço ou processo. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos. O PPP deve possibilitar aos membros da escola, uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo a responsabilidade de todos. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola. O Projeto Político Pedagógico é um mecanismo eficiente e capaz de proporcionar a escola condições de se planejar, buscar meios, e reunir pessoas e recursos para efetivação desse projeto. Por isso é necessário o envolvimento das pessoas na sua construção e execução. (OLIVEIRA, 2016, p. 39).

Acredita-se que seja mais fácil enfrentar a questão de indisciplina escolar, quando a escola e a família caminham juntas, lado a lado, sendo possível detectar os problemas com mais facilidade, saber o motivo que o aluno se dispersa, se irrita e não tem interesse em sala, assim cabe à escola mudar o seu Projeto Político Pedagógico, não o formulando como um documento para cumprir formalidades, mas voltá-lo para a realidade educacional, mudar esse quadro indisciplinar, rever ações curativas e preventivas, não pode-se agir somente para resolver esses problemas é preciso agir para evitá-los. Ao se pensar em como enfrentar essas questões é necessário buscar mudanças no PPP, instituindo a ideia de que educar com a família é positivo, através das variações que se dá pela comunidade escolar será possível desenvolver novas propostas e superar problemas (TORELLI, 2009).

A aprendizagem torna-se significativa quando encontramos uma situação de resolução de problemas. É um paradigma de ensino-aprendizagem, que coloca o aluno como foco central dessa interação, e torna-o capaz de

construir seu conhecimento a partir da solução de problemas. Não se trata apenas de buscar a resolução do problema, mas entender a finalidade e utilidade da situação questionada e quais os objetivos de aprendizagem. Constitui-se de uma atitude de construção do conhecimento em que todas as etapas utilizadas são fundamentais e não apenas o resultado final obtido. Os alunos devem identificar a partir da situação, quais são os objetivos de estudo, para a solução da dificuldade em questão. Estimular o aluno a ser um constante pesquisador, é sem dúvida uma das tarefas que a aprendizagem fundamentada nessa abordagem pode realizar. Deve haver coerência entre os motivos e as finalidades no trabalho escolar. Em um sistema de significação onde a ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada, existe diálogo e interação. A realidade é produzida, alimentada, restaurada e transformada. Ao contrário do modelo transmissor e bancário de ensino (que não implica a interatividade e participação e sim a cópia e a reprodução de tarefas), o modelo ou paradigma da resolução de problemas pressupõe como linha norteadora a participação e a informação como alicerce do exercício da democracia, fazendo o vínculo indivíduo-sociedade, formando uma comunidade de aprendizagem. (HAMZE, 2016, p. 24).

Segundo Veiga (1995), problemas que aparentam ser simples e fáceis de resolver devem ser levados para o conhecimento coletivo da escola, os professores e a equipe pedagógica não podem simplesmente resolver ou achar que resolveu de forma particular, toda comunidade deve participar, interagir, tomar conhecimento de fatos simples, para que estes parem de ocorrer na escola, assim tomando conhecimento o aluno saberá que certas atitudes indisciplinadas não serão aceitas dentro do ambiente em que está inserido.

### **5.3 POSSIBILIDADES PARA A PREVENÇÃO DA INDISCIPLINA DENTRO DO AMBIENTE ESCOLAR**

Sabe-se que existe uma contradição dentro do ambiente pedagógico devido alguns profissionais da área da educação não se adaptar e reconhecer o seu verdadeiro papel na escola, é necessário que este profissional esteja conectado com o seu trabalho e apto a responder a famosa pergunta: “professor para que estudar?”, pois se nem mesmo o professor sabe o que está fazendo naquele ambiente, jamais poderá transmitir ao aluno o propósito de uma educação de qualidade. Assim para que se imponham limites precisa-se antes de tudo articular o aluno à um objetivo, ele precisa ter uma visão clara de que aprender a fazer uma boa interpretação de texto não será usado somente em sala naquele semestre, mas será algo que ele levará para o resto de sua vida, no seu dia a dia (VASCONCELLOS, 1996).

Para que isso ocorra, segundo Perrenoud (2001), é preciso que se quebre as barreiras entre professores, alunos e educação, alguns professores ficam atrelados aos seus conceitos de comportamento dentro de sala de aula e se recusam a repensar novas práticas. Isto ocorre devido ao professor sempre estar na defensiva, para que ele não perca o domínio da sala, acredita-se que nunca pode sorrir para aquele aluno indisciplinado, que sempre deve ser rígido e firme, porém se as práticas desenvolvidas não estão sendo progressivas, o professor deve trabalhar de outra forma para alcançar seu objetivo.

Portanto, um dos pontos de escape para minimizar a indisciplina seria o professor possuir total domínio e sentido do seu conteúdo, sentir-se como um instrumento de transformação, fazer com que o aluno se desperte para o conhecimento do novo, do mundo e da vida. Se estiver claro ao docente que o seu papel é de instigar e transformar novos sujeitos, que ele é uma ponte entre o aluno e o conhecimento, ficará bem mais fácil desenvolver uma aula diferenciada e atrativa. A escola deve ser vista como um elemento de mudança das relações sociais, pois é neste ambiente que as crianças fazem contato com pessoas diferentes e que possuem personalidades distintas, é preciso entender que a escola ensina muito mais que matemática e português, e caracterizá-la como um ambiente sócio educacional (VASCONCELLOS, 1996).

Sem dúvida, o professor além de ser educador e facilitador do conhecimento, deve atuar, ao mesmo tempo, como mediador. Ou seja, o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a “pensar” e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações, como se fosse um depósito para quem ensina. Entretanto, para que isso seja possível o professor precisa assumir o compromisso de encarar o caminho do aprender a ensinar. Evidentemente, ensinar é uma responsabilidade que precisa ser trabalhada e desenvolvida. Um educador precisa sempre, a cada dia, renovar sua formação pedagógica para, da melhor maneira, atender aos seus alunos, pois é por meio do comprometimento e do “amor” pela profissão e pela educação que o educador pode, verdadeiramente, assumir seu papel e se interessar em aprender a ensinar (CÂMARA. 2016, p. 2).

Sabe-se que em muitos casos a questão da indisciplina está ligada e origina-se no desrespeito, mas os alunos não irão levantar suas mãos, pedir com licença e dizer aos colegas e professores que está em sala, que algo não vai bem com ele, que sua família está passando por uma fase difícil. Evidentemente, o professor que não está preparado e apto para trabalhar com estes alunos, não saberá lhe dar com

estas situações, é necessário entender que em muitos casos ele agirá como psicólogo, pediatra, e mãe, necessita-se interagir com os alunos, vivenciar o que se passa na vida de cada um para que se possa entendê-los e trabalhar com autoridade (VASCONCELLOS,1996).

Ao invés de resolver o problema, em muitos casos o professor prefere levar o aluno para a direção ou até o coordenador pedagógico para que este seja punido. Sabe-se que autoritarismo não resolve o assunto em questão e pode até causar efeito contrário do desejado. Nesse contexto, destaca-se a importância do professor que pode junto aos seus colegas de área discutir e refletir sobre este problema uma forma de intervir e diagnosticar o motivo da indisciplina de seus alunos sem o expor (SOUZA, 2013).

Eles não conseguem verbalizar isto de uma maneira clara, mas vão manifestar de alguma forma que as coisas não vão bem, como por exemplo: querer sair a todo o momento da sala de aula, ficar conversando fora do assunto, não fazer as lições, agredir o colega ou o professor etc. Diante da queixa da violência do aluno, precisaríamos refletir: quer violência maior do que a negação da esperança, a negação de um futuro melhor a que o aluno, especialmente das escolas públicas, está submetido? Se queremos enfrentar a questão da violência do aluno, com certeza o caminho não é usar outra violência ou ser conivente com ela. ( VASCONCELLOS, 1996 p.245).

Observa-se que um dos grandes problemas enfrentados em relação ao respeito da indisciplina é a forma de se pensar linear, muitos se contrapõem e se contradizem sobre a forma de pensar ligada à este movimento, sabe-se que sem autoridade não se faz educação, nenhum ambiente pode se organizar se não possuir uma orientação com autoridade, normalmente crianças, jovens e adolescentes reagem com negação quando recebem ordens, por isso, devemos sempre trabalhar com a verdadeira autoridade, se desvinculando do autoritarismo.

Neste momento cabe ao professor aplicar sua autoridade através do diálogo e com firmeza, deve-se agir como exemplo para os alunos, questionar a coordenação com respeito para assim exercer seu papel de cidadão, muitos professores não exercem sua autoridade por medo de conflitos ou de se tornar um problema entre a escola e os pais (VASCONCELLOS, 1996).

A autoridade pedagógica é uma prática complexa e contraditória, pois a autêntica autoridade leva em si sua negação, qual seja, a construção da autonomia do outro. Podemos compreender aqui autoridade no seu sentido

mais radical e transformador, que é "a capacidade de fazer o outro autor". Em função disto, o professor deve viver esta eterna tensão entre a necessidade de dirigir, orientar, decidir, limitar e a necessidade de abrir, possibilitar, deixar correr, ouvir, acatar. Tal contradição é constante e não pode ser anulada, apenas resolvida em diferentes momentos, tendo em vista os objetivos do trabalho, sendo restabelecida logo em seguida em outro patamar e contexto. O drama" é sempre este: ser o "porto seguro" e o "mar aberto".(VASCONCELLOS, 1996 p. 248).

É necessário que se entenda que o professor não precisa “dançar conforme a banda toca”, para que ele não seja um problema dentro da escola, ser dialético é agir de acordo com a necessidade do grupo, é impor regras no ambiente, ouvir opiniões diferentes para se orientar sobre determinado assunto, um professor dialético tem sempre em mente seus objetivos e é criterioso em suas tomadas de decisões para não ser injusto. É preciso que alunos e professores enfrentem seus conflitos e se resolvam, mas para que isso aconteça o profissional da educação deve ter condições de se sentar com o aluno, olhar nos seus olhos e falar com autoridade sobre os problemas que ocorrem dentro de sala, e se estes atos democráticos não resolverem, daí sim, se estender e recorrer à direção (VASCONCELLOS, 1996).

A sala de aula muitas vezes parece um campo de batalha: o professor tenta controlar o aluno que é desrespeitoso e indisciplinado através do “grito”, do autoritarismo. O que acontece é que a criança ou adolescente não aceita se submeter à autoridade do professor, ao passo que o educador confunde respeito à autoridade com autoritarismo. Realmente não é fácil conter a agressividade dos estudantes com um simples sorriso. A agressão começa quando o aluno tem a necessidade de dominar para chamar a atenção para si mesmo. Fato que também acontece com o professor imperioso que impõe regras e quem as desobedece tem que escutar minutos de “sermões” coletivos (para a sala toda) ou punições severas e, muitas vezes, constrangedoras. Não há diálogo, não há conversa. Que tipo de orientação o professor está passando para os seus alunos quando grita para chamar a atenção e não conversa? O ensino aqui transmitido é o de que não há valores importantes como o de ouvir ou o de respeitar quando o outro fala, princípios básicos para a comunicação. É oportuno que o professor se mostre aberto e convidativo para o esclarecimento de qualquer dúvida do aluno, bem como do que está se passando na vida pessoal desta criança ou adolescente. Há muita influência no comportamento de um indivíduo a respeito do que acontece em casa e que é transferido para a sala de aula. Na maioria das vezes uma conversa individual resolve o problema, pois o diálogo transpõe pré-conceitos formados. Uma conversa com o grupo também pode facilitar muito ou mesmo resolver as dificuldades de indisciplina, violência verbal ou física entre os colegas. Uma sugestão é reservar diariamente de cinco a dez minutos para diálogos entre professor-aluno, os quais podem ser individuais e/ou grupais. (VILARINHO, 2016, p.1).

Habituar-se com o diálogo para resolução de problemas em sala de aula é extremamente importante para ambas as partes, pois existem fatores muito complexos relacionados à vida de alguns alunos que interferem no seu desenvolvimento escolar e atitudes para com os demais, portanto nenhum fator é determinante ou decisivo, há que se analisar cada caso individualmente, pois se generalizado poderá causar um problema ainda maior. A mudança na realidade atual não ocorrerá de uma única vez, é um longo processo que se desenvolverá com aproximações sucessivas e pequenos passos, mas que esses processos sejam concretos e desenvolvidos por todos, precisa-se de grande participação por parte dos docentes, e partir da realidade concreta que se encontra a educação. De nada adianta reclamar ou sonhar com algo não existente, é necessário assumir a realidade e avançar para a transformação (VASCONCELLOS, 1996).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da abordagem realizada nos capítulos aqui percorridos pode-se perceber que a interação entre família e escola é essencial para o bom desenvolvimento do aluno, é necessário que as escolas desenvolvam políticas internas que atraiam a família para este ambiente como forma de prevenir a indisciplina, não se esquecendo de que o professor necessita de programas voltados para a discussão de problemas ligados a rotina em sala de aula, pois é muito importante a não acomodação dos docentes, sendo que eles estão lidando diretamente com estes alunos indisciplinados.

Durante o desenvolvimento do estágio curricular percebemos a insatisfação dos professores em relação à indisciplina escolar dos alunos. Diante disso, com os resultados obtidos no desenvolvimento de nossa pesquisa concluímos que a família é fundamental para a boa educação e o sucesso na vida escolar dos alunos, pois o apoio e a participação efetiva da família na escola propicia ao discente um pleno desenvolvimento. Além disso, conseguimos refletir sobre nossas indagações: Será mesmo que os alunos antigamente obedeciam mais aos professores do que nos dias atuais? Analisamos que no passado as crianças desobedientes eram castigadas em sala de aula, por meio da palmatória, puxão de orelha, ajoelhar-se no milho, entre outros castigos que eram realizados pelos professores. Estes maus-tratos faziam com que os alunos tivessem medo do docente, o qual era a autoridade máxima na sala e todos deveriam respeitá-lo.

De acordo com Cortella (2016) a criança precisa de limites e estes são estabelecidos pelos pais. É necessário que a criança reflita se aquilo que ela faz é bom para ela e para os outros que estão à sua volta. Além disso, é preciso entender que tudo na vida é conquistado por meio do esforço e da dedicação. Diante disso, a nossa outra questão era analisar se a indisciplina escolar estava ligada à educação familiar. Constatamos que o problema indisciplinar do aluno esta diretamente relacionado ao convívio com os seus familiares, pois a vida familiar é a base de todo discente e o seu comportamento é o reflexo daquilo que esta vivendo em seu seio familiar. É importante que a família esteja presente na vida dos alunos, ajudando o professor e a comunidade escolar a desenvolver mecanismos para que o discente aprenda de forma satisfatória. A comunidade escolar é formada por todos que

compõe a vida do aluno, onde cada membro deve desenvolver suas atribuições visando à aprendizagem. Para Cortella (2016, p. 01) a escola e a família devem ser parceiras no processo de ensino-aprendizagem, pois uma deve apoiar a outra, “muita gente confunde educação com escolarização, mas a escolarização é apenas um pedaço da educação.” Sendo que os professores também podem desenvolver valores éticos na escola que ajudará na formação do indivíduo.

Cabe ao docente um reconhecimento de estratégias em sala de aula para controle da indisciplina, visando uma melhor abordagem dos alunos que apresentam este problema. Uma comunidade escolar deve estar sempre desenvolvendo mecanismos, para que tente ao máximo sanar o problema da indisciplina, mas sozinha não flui um resultado satisfatório. A família deve andar junto com a comunidade escolar, para que busque alternativas e soluções para alcançar a disciplina e aprendizagem de seus alunos.

Mencionamos um exemplo de parceria entre escola e família que deu certo. Aconteceu no município de Juara-MT, em que a Escola Estadual Luíza Nunes Bezerra foi vencedora do prêmio Gestão Escolar 2013. A diretora da Escola, Sibeli Lopes, relata que investiu na qualificação dos professores, projetos criativos voltados para o bem da comunidade e incentivo à leitura. Este trabalho é realizado pela instituição desde 1990, e tem índice zero de evasão (LANHI; ALVARES, 2016).

Analisando os pontos destacados durante a pesquisa percebe-se que uma forma de amenizar a indisciplina é a colaboração entre a comunidade escolar, a família e o professor, se todos desenvolverem seu papel e não se deixar acomodar poderá ser possível a prevenção da indisciplina dentro das escolas. A família em primeiro lugar deve trabalhar os bons modos e o amadurecimento emocional na criança para que quando ela inicie sua vida estudantil, o professor consiga desenvolver o seu trabalho juntamente com a comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ALVES PINTO, C, e TEIXEIRA, M. **Metodologia da Investigação Educacional: Instrumentos de Recolha de Dados e Tratamentos Estatísticos**. ISET, Porto, Lisboa, 1995.

ALVES-PINTO, C., ALMEIDA, V. **Os trabalhos de casa: da difícil fronteira entre escola e família**. Porto, ISET, p.209-260, 2003.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família, Tradução: Dora Flaksman**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, Artigo 227,1988.

BRASIL, **LEI Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm)> Acesso em 27 de maio de 2016

BRASIL, **LEI Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm)> Acesso em 27 de maio de 2016

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais : apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF,p.20,1997

BRUINI, E. C. **Uma escola para novos tempos**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/uma-escola-para-novos-tempos.htm>> Acesso em: 05 mar. 2016.

BUENO, J. G. S.. **Função social da escola e organização do trabalho pedagógico**. Educar em Revista: Curitiba, n. 17, p. 101-110, 2001.

CÂMARA, J. F. P.; NUNES, L. C.. **O professor, a mediação pedagógica e as novas tecnologias**. Universidade Estácio de Sá-Unesa, 2016.

CASTRO, L. R. **A infância e seus destinos no contemporâneo**. Psicologia em Revista, 2002, p.53.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas, p.23,1995.

COOPER, C. L.; LEWIS, S. **E agora, trabalho ou família?: pais e mães que trabalham fora aprendem como enfrentar as sobrecargas profissionais e familiares do dia-a-dia**. São Paulo: Tâmis, 2000.

CORTELLA, Sergio M. **Bom exemplo é a melhor forma de educar**. Disponível em: <http://www.paisefilhos.com.br/familia/bom-exemplo-e-a-melhor-forma-de-educar/> Acessado em: 22 Jun. 2016.

DAVIES, D., (2003). **A Colaboração escola-família-comunidade: uma perspectiva americana**, in ALVES-PINTO, C. e TEIXEIRA, M. (org.), Pais e Escola parceria para o sucesso, Porto, ISET, pp.71-94

DAVIES, D. **Os Professores e as Famílias. A colaboração possível**, Lisboa: Livros Horizonte,1993.

ENQUITA, M.**Encontros e Desencontros Família-Escola**. Porto Alegre, Edições Artmed, p.61-73, 2004.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. 3. ed. Portugal: Porto, p.17,1992.

FERRARI, J. S. Papel **dos pais na educação: a dimensão emocional da formação**. Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/papel-dos-pais-na-educacao.htm> Acesso em: 28 mar. 2016.

GARCIA, J. **Indisciplina na escola; questões sobre mudança de paradigma**. Contrapontos, Itajaí, v. 8, n. 3, set./dez. 2008.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GENTILE, P. **Parceiros na aprendizagem**. Revista Nova Escola, São Paulo: Abril, Jul. 2006.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo, Editora 34, p.13-212.1994.

HAMZE, A. **Resolução de problemas e a aprendizagem**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/resolucao-problemas-aprendizagem.htm>> Acesso em: 07 abr. 2016.

JOLIVET, Régis. **Curso de filosofia**.13. Ed. Rio de Janeiro: Agir, p.71,1979.

KELLNER, D. **Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna**. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, Vozes,p.25,1995.

KEMP, J. **Pai, seu filho precisa de você**. São Paulo: Mundo Cristão, 2000.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.

LANHI C.; ÁLVARES S. **Escola de Mato Grosso leva o prêmio nacional de Gestão Escolar**. Disponível em: <http://www3.mt.gov.br/editorias/educacao/escola-de-mato-grosso-leva-o-premio-nacional-de-gestao-escolar/98599> Acessado em: 22 Jun. 2016.

LA TAILLE, Y. **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: AQUINO, Julio Groppa (org.) Indisciplina na escola. Alternativas teóricas e práticas. 13ª edição. São Paulo: Summus editorial, 1996.

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

LIMA, R. de. **Educação de antigamente de hoje**. São Paulo, 2010.

LOPES, A.; VIVALDO, L. **A influência da família no rendimento escolar do indivíduo**. "Revista Virtual Partes - Educação". Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/familiaerendimento.asp>> Acessado em: 15 mar. 2016.

MAGALHÃES, O. **A causa das coisas: indisciplina e escola**. São Paulo: Aprender, 1989.

MONTANDON, C. **As relações pais-professores na escola primária. Das causas de incompreensões recíprocas**.p.189-205,1994.

MUSITU, G. **A Bidirecionalidade das Relações Família/Escola**. Porto, ISET, p.141-174, 2003.

OLIVEIRA, Z. M. R de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, p.39, 2016.

OLIVEIRA, Z. M. R. de et al. **Creches: crianças, faz de conta & cia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

OCULTURA. Iluminismo. Disponível em: < <http://www.ocultura.org.br/iluminismo>. Acesso em: 28 de maio de 2016

PAPPA, J. S. **A (in)disciplina e a violência escolar segundo a concepção de professores do ensino fundamental**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

PEREZ-GOMES A.I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**, Porto Alegre, Artmed, 2001.

PETTERS, J. K. **Mães que trabalham fora: segredos para conciliar a vida profissional e família**. São Paulo: Madarim, 1999.

PERRENOUD, P. **O Go-between entre a família e a escola: a criança mensageira e mensagem**, in “Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar”, Porto, Porto Editora, p. 87-113, 1995.

PERRENOUD, PH. **Entre pais e professores, um diálogo impossível?** Oeiras, Celta Editora , p.57-143, 2001.

PCNs: **Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, p.69, 1997. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 31 de maio de 2016

PINTO. M. **A infância como construção social**. In: PINTO. M SARMENTO, M. J. As crianças. Contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho – Portugal, 1997.

PRADO, D. O que é família. Coleção Primeiros Passos.1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REGO, T. C. R. **A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana.** In.: AQUINO. Julio Groppa (Org.) *Indisciplina na escola: Alternativas teóricas e práticas.* São Paulo: Summus, p.85, 1996.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica.** Faetec/ist: Paracambi, p.29, 2007.

ROSA, D. C. da et al. **Indisciplina escolar: uma reflexão coletiva.** 2007.  
Disponível em:<<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2016.

ROSSINI, M. A. S. **Pedagogia afetiva.** 5. ed. Petrópolis: Vozes,p.22, 2004.

RENASCIMENTO. Disponível em:< <http://www.historiadaarte.com.br/renascimento>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

SHINYASHIKI, R. **Pais e filhos, companheiros de viagem.** São Paulo: Gente, 1992.

SOUZA, Ivanice Tavares de. **A coordenação pedagógica como mediadora frente à indisciplina em sala de aula.** Brasília, 2013.

TEIXEIRA, M., (2003), “A Participação dos pais na escola: Perspectivas de pais e professores”, Apud ALVES PINTO e TEIXEIRA, (org.), **Pais e Escola: parceria para o sucesso**, Porto, ISET, pp.175-208

TIBA, I. *Quem ama, educa.* 2ª ed. São Paulo: Gente, p.42, 2002.

TORELLI, E. M. F. C. **Situações de indisciplina na escola e as possibilidades de enfrentamento: os diferentes olhares dos professores da educação básica.** Londrina, 2009.

VALLE, L. R. de L. D. **Fundamentos da educação infantil** – Curitiba: Editora Fael, 2010.

VASCONCELLOS, C. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** São Paulo: Libertad, 1996.

VEIGA, I.P. **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 1995.

VILARINHO, S. **O bom convívio entre professor e aluno- construindo a paz**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/etica/o-bom-convivio-entre-professor-alunoconstruindo-paz.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

WEIL, P. G. **A Criança, o lar e a escola. Guia prático de relações humanas e psicológicas para pais e professores**. Petrópolis: Vozes, p.47,1984.

ZIGLAR, Z. **Como criar filhos com atitudes positivas num mundo negativo**. São Paulo: Maltese, 1989.